

OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: novas utopias socialistas para o mundo do trabalho em transformação?

Eduardo Girao Santiago¹

RESUMO

O artigo situa a temática do trabalho no contexto do modelo de acumulação flexível de capital e da crise capitalista contemporânea, onde o crescimento econômico se amplia e as oportunidades de emprego se reduzem. A partir daí, este trabalho apresenta a possibilidade de adoção de práticas de convivências sociais de produção sustentáveis respaldadas numa retrospectiva teórica do socialismo e no comentário de experiências práticas de utilização dos fundos rotativos solidários no Brasil como expressão do direito à produção associada e sustentável.

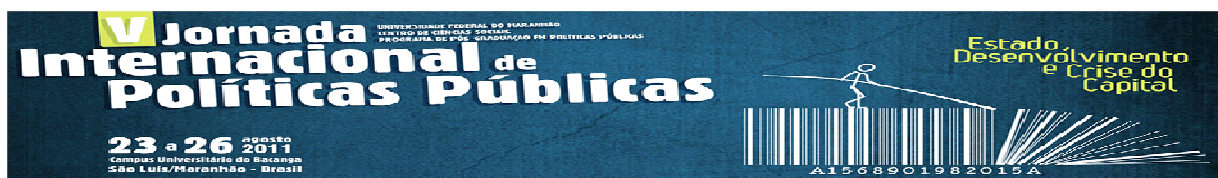
Palavras-chave: Acumulação flexível. Mundo do Trabalho. Economia solidária. Fundos rotativos solidários. Produção associada e sustentável.

ABSTRACT

The paper puts the theme of work in the model of flexible accumulation of capital and the contemporary capitalist crisis, where economic growth expands and the employment opportunities are reduced. Thereafter, this work presents the possibility of adoption of social cohabitation practices of sustainable production, supported in a theoretical retrospective of socialism and in a commentary of practical experiences of use of the revolving funds in Brazil as an expression of the right of associated and sustainable production.

Keywords: Flexible accumulation. World of work. Solidarity economy. Revolving solidarity funds. Associated and sustainable production.

¹ Doutor. Universidade Federal do Ceará (UFCE). egsantiago@terra.com.br



1. INTRODUÇÃO

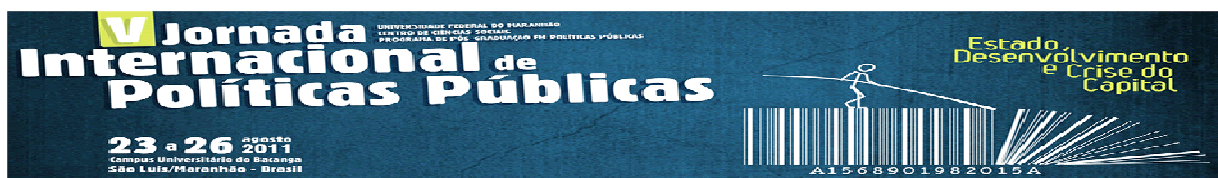
Cerca de um bilhão de seres humanos estão na condição de desemprego ou precariamente inseridos no mercado de trabalho. Isto significa 200 milhões de seres humanos sem trabalho e 800 milhões exercendo suas atividades laborais à margem da legislação trabalhista, dos direitos e das normas de segurança (OIT, 2006).

Esta instituição, em recente conferência nas Nações Unidas demonstrou a sua inquietação perante um cenário marcado por um razoável crescimento econômico mundial de 5,1% e um frustrante e tímido incremento de apenas 1,8% no número de pessoas empregadas. Nada indica, portanto, que este quadro se mova para melhores cenários. Estes números confirmam o que Ignacy Sachs (2004) denominou “crescimento econômico sem emprego”.

Estas cifras confirmam a derrocada do fordismo e a prevalência de um modelo de acumulação flexível de capital, posto em prática nas últimas duas décadas do século XX e na primeira do século XXI. Na visão de David Harvey (2002), este modelo culminou com a supervalorização do capital, com o aumento do tempo de giro do capital, implicando na redução drástica dos empregos tradicionais, no aumento do auto-emprego, no imperativo da competitividade, na adoção compulsória do empreendedorismo e do individualismo, enfeixando um conjunto de ações compatíveis com o capitalismo financeiro liberal, lastreado, atualmente, na veloz e incessante revolução da tecnologia e do conhecimento.

Por seu turno, Antunes (2010), acentua o papel das mudanças no mundo do trabalho, especificamente sobre os direitos trabalhistas. Para ele, as conquistas trabalhistas estão sendo substituídas e flexibilizadas no atual modelo capitalista de produção globalizada.

O cenário aqui emoldurado aponta para uma era de incertezas e para a rápida e constante quebra de paradigmas em todos os quadrantes da vida. Isto tem muito a ver com a “destruição criadora”, com as inovações tecnológicas permanentes, com as novas formas de gestão e com os novos hábitos de consumo diversificado e desenfreado, enquanto atributos schumpeterianos. O que importa hoje é o “ser empreendedor” atuando nas racionais formas de acumulação flexível do capital. Quanto aos humanos, principalmente aqueles trabalhadores simplesmente esquecidos pelo novo capitalismo, deverão flutuar na vida, à deriva. (Sennett, 2005).



O importante para a nossa reflexão, acerca disso, é que os nossos ancestrais sempre viveram alguns contextos históricos marcados pela incerteza, como guerras, pestes, fome, crises econômicas e outros infortúnios temporários. O inusitado, agora, é que

“o singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser o normal porque o empresário de Schumpeter aparece como o Homem Comum Ideal. Talvez, a corrosão de caracteres seja conseqüência inevitável. Não há mais longo prazo desorienta a ação em longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento”(SENNETT, 2005:33).

A despeito de tudo isso, os Fóruns Sociais Mundiais esboçam uma forte reação cidadã. Davos, Seattle, Nova York, Gênova, Índia, Porto Alegre, Venezuela, Belém, Índia e tudo o mais que virá se constituem movimentos sociais planetários que bradam a utopia: “Um outro mundo é possível”, “Uma nova economia é possível”, ou ainda, “ A economia solidária é real”.

2. UM PASSEIO PELAS TEORIAS SOCIALISTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária que tem raízes profundas na Idade Média, portanto, não é fenômeno novo e nem modismo. As guildas, as confrarias e corporações de ofícios constituíram formas remotas de organização do trabalho solidário.

Estas formas de organização não causaram inconvenientes enquanto os ofícios possuíam caráter comunal. Enquanto artesãos e mercadores tiveram mais ou menos exclusividade como clientes apenas os habitantes das nascentes urbes ou de seus arredores imediatos (burgos), isto é, enquanto o mercado foi principalmente local, o corpo de ofícios, com a sua organização local, supriu todas as necessidades. Durkheim (1999: 34), nos revela que os grupos produtivos associativos da chamada solidariedade mecânica exerciam forte poder moral para inibir sentimentos egoístas e adotar uma prática ética no sentido de uma solidariedade comum para impedir que a lei do mais forte dominasse de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais.



Os ideais e ações dos pensadores sociais dos séculos XVIII e XIX permanecem e são marcados pela contemporaneidade. Saint-Simon, um dos mentores do Socialismo Utópico, esboçou a visão de um sistema industrial cujo objetivo seria buscar o melhor bem-estar para as classes trabalhadoras, unidas em associações. Para ele, o Estado deveria assegurar a redistribuição eqüitativa das riquezas (SANDRONI, 2005: 749).

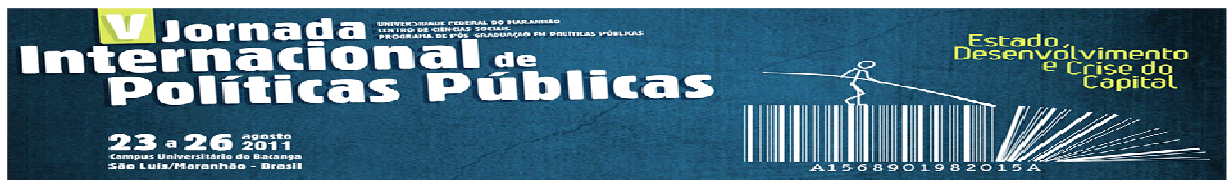
Já que estamos no mundo do socialismo possível, seria uma comparação descabida relacionarmos o Falanstério de Fourier com os Centros Públicos de Economia Solidária, praticados no Brasil mediante cooperação ativa entre os movimentos da Economia Solidária e os arranjos institucionais do Governo Federal em busca da construção das Icárias?

E o que falar de Pierre Proudhon, pensador anarquista que era reticente quanto à intervenção estatal nas relações sociais de trabalho e a favor do estabelecimento de um sistema de círculos de ajuda mútua no qual o dinheiro deveria ser substituído por “certificados de circulação”, onde as sociedades trocavam serviços? Teria sido Proudhon, o precursor das práticas atuais das moedas sociais, dos bancos comunitários e dos clubes de troca?

Por fim, as ações de fomento e desenvolvimento do cooperativismo e da autogestão, tão a gosto das atuais políticas governamentais praticadas no Brasil não estariam lastreadas, também, no vigoroso pensamento socialista de Robert Owen? Além do cooperativismo clássico, não teria sido ele, um dos precursores da polêmica “responsabilidade social” contemporânea?

Numa perspectiva de análise mais recente, encetada ao longo do século XX, não poderíamos deixar de mencionar o pensador Karl Polanyi (2000), autor de “A Grande Transformação”, obra onde argumenta que a invenção predominante do mercado foi astúcia no século XIX, pois, anteriormente, os grupos sociais praticavam formas de trocas não respaldadas na produção para acumulação, mas ancoradas em outros valores não pecuniários.

Haveria alguma relação teórica explicativa entre o capitalismo insaciável e a tragédia causada no meio ambiente que implique na premente necessidade de reformas nas relações sociais de produção que apontem na direção de experiências isoladas da Economia Solidária? É possível que sim. Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Celso Furtado (1974) adverte ser improvável que todas as nações pratiquem um nível



desenfreado de crescimento econômico baseado em padrões consumistas, de vez que, caso isso ocorresse, a pressão sobre os recursos naturais seria de tal ordem que o sistema ambiental entraria em colapso.

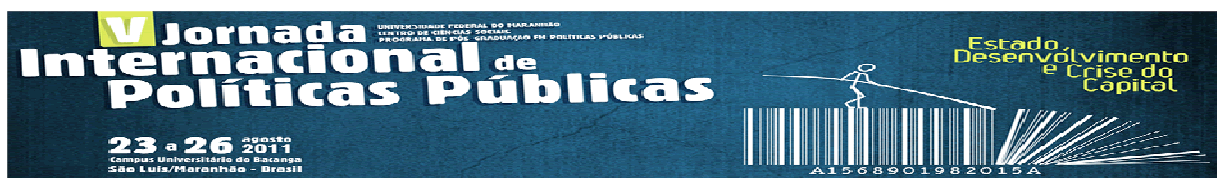
Parece contraditório concluir esta breve trajetória teórica sobre o tema da Economia Solidária retomando o mentor do pensamento atual que dá vida ao capitalismo contemporâneo. Falamos de Schumpeter, o mago do novo capitalismo que, a despeito de sua destruição criadora e da função messiânica do empresário inovador que desconstrói, vez ou outra, o fluxo circular produtivo, em sua obra de 1942 (“Capitalismo, Socialismo e Democracia”), previu o colapso do capitalismo e prenunciou que o socialismo seria o sistema econômico do futuro. (SANDRONI, 2005: 758).

3. OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS COMO INSTRUMENTOS DE FOMENTO À PRODUÇÃO E COOPERAÇÃO SUSTENTÁVEIS

Toda a argumentação até aqui desenvolvida intentou expor as evidentes máculas do capitalismo contemporâneo, mas, também, destacar o fato de que ele parece calibrado para dar conta da inclusão parcial dos humanos que ainda fazem parte da maratona da seleção natural. Uma maratona autoritária, definida como trajetória de mão única que não tem escrúpulos de formatar o homem comum schumpeteriano como o tipo ideal do novo capitalismo, abominando quaisquer formas alternativas de sobrevivência humana.

A par desta grave realidade é que ressaltamos a pertinência do lema da Segunda Conferência Nacional de Economia Solidária: “Pelo Direito de Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável”. O que isso significa ou traz de mais preciso para clarear a questão da economia solidária e das políticas públicas para ela delineadas? O que este lema tem a ver com “uma nova economia é possível”, ou “um novo mundo é possível” ou até “uma outra economia acontece”?

Entendemos que o significado do lema consiste na resistência de movimentos sociais produtivos contra o modelo econômico hegemônico e excludente. São movimentos sociais produtivos que praticam formas autogestionárias e democráticas, paralelas ao forte apelo massificante e único posto em prática pelos métodos contemporâneos de gestão capitalista predatória.

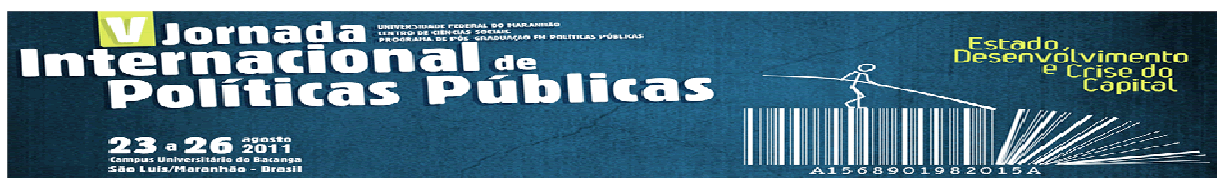


O sentido do lema “Pelo Direito dos Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável” quer assegurar o espaço da sobrevivência e da vida para segmentos produtivos considerados como “socialmente mortos”, porque deixados à deriva no mar revolto do modelo de acumulação flexível. É nesta perspectiva que os Fundos Rotativos Solidários - FRS, ou simplesmente Fundos Solidários – FS constituem-se vertentes da Política Nacional de Economia Solidária e se configuram como instrumentos vitais de emancipação de trabalhadores excluídos do sistema produtivo hegemônico.

Os FRS, na ótica de Bertucci (2003), constituem uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo mediante compromissos devolutivos voluntários, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, ou ainda sem retorno, dirigidos para o atendimento de comunidades ou grupos associativos produtivos que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária.

Estes fundos solidários têm uma longa história no Brasil, mas é a partir dos anos 80 que assumem dimensão mais concreta junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias em geral. No decorrer dessa trajetória, a dinâmica e a operacionalização diversa dos mesmos consolidaram diretrizes amalgamadas por sua prática social, constituindo-se critérios de inclusão de beneficiários, socializados e consensuados no âmbito dos programas e projetos de fomento financeiro a empreendimentos solidários. Tais diretrizes podem ser traduzidas pelos seguintes tópicos:

- Ações que refletem articulação em redes de cooperação social e levam em conta práticas de desenvolvimento territorial solidário;
- As entidades beneficiárias que levam em conta a preservação do meio-ambiente onde atuam, nunca representando ameaças à saúde humana e aos recursos naturais renováveis decorrentes do exercício de atividades econômicas;
- Os empreendimentos produtivos solidários desenvolvidos tanto nas áreas urbanas e rurais, contemplando segmentos da agricultura familiar, dos trabalhadores assentados, atividades rurais não agrícolas, segurança



alimentar, sempre na perspectiva da formação e aperfeiçoamento profissional e da sustentabilidade;

- As organizações beneficiadas que disponibilizam, para efeito de sistematização e acúmulo de experiências, suas metodologias, critérios e estratégias de gestão compartilhada.

Em 1993 surgiu o primeiro FRS gerido pela Articulação do Semi-árido – ASA, no Município de Soledade, na Paraíba. Os fundos da ASA mobilizavam – e ainda hoje mobilizam – recursos da própria comunidade. Inicialmente estavam orientados para a construção de cisternas de placas e outras estruturas comunitárias, na perspectiva de uma educação para o manejo sustentável dos recursos hídricos e, também, para implantação de bancos de sementes. Tinham como fundamento o compromisso de cada família em contribuir para um fundo comunitário, em pequenas parcelas, um valor equivalente aos recursos recebidos e, assim, possibilitar que outras famílias pudessem ter acesso a este benefício.

Ao longo da década de 90, a prática de implementação de pequenos projetos comunitários e constituição de fundos solidários recebeu grande estímulo para sua expansão quando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, sob a liderança de Betinho, fez uma grande campanha de apoio a projetos de geração de renda. A partir de 1999, os recursos oriundos da Coleta da Campanha da Fraternidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) foram integralmente destinados aos Fundos Nacional e Diocesanos de Solidariedade, que se dedicaram a viabilizar projetos produtivos solidários em todo o País.

4. CONCLUSÃO

Como resultado imediato da criação e atuação dos FRS, assistimos o desenvolvimento de uma forma específica de financiamento às iniciativas econômicas populares, que são as finanças solidárias; estas, ao lado de outras propostas, tais como as cooperativas populares de crédito, as entidades de crédito popular solidário, os clubes de trocas com moedas sociais, espalham-se por o todo país e dão surgimento às diversas redes que têm como foco o fomento e a constituição de mecanismos financeiros voltados aos setores populares.



Essas experiências comprovam a capacidade de os FRS chegarem até um público que tradicionalmente tem ficado à margem das políticas públicas, disponibilizando recursos e outros serviços que impulsionam a organização de atividades produtivas por parte dessa população.

Isso só é possível pela capilaridade que os fundos solidários possuem e pelo aproveitamento adequado dos recursos disponíveis no local, valorizando as estruturas e sinergias existentes. Essa proximidade e a interação que os fundos estabelecem, estimula a integração e o desenvolvimento local comunitário e solidário. Ademais, há de se ressaltar a importância que têm esses processos de autofinanciamento dentro de práticas educativas emancipatórias: a população mais pobre possui, mesmo que sua expressão monetária seja diminuta, uma enorme capacidade de mobilizar suas poupanças em função de estratégias coletivas.

Os FRS são movimentos sociais que elegeram a autogestão, a produção coletiva e cooperativada, a adoção de prosaicos estilos de sociabilidade em seus territórios. Principalmente nos espaços rurais, estes movimentos sociais produtivos situam-se nos níveis de subsistência e de acumulação simples.

Trata-se de um tabuleiro gigantesco que representa a contraposição da nova economia, globalizada e excludente, versus pequenos “pontos de luz”, aqui entendidos como experiências comunitárias sustentáveis como as Bodegas da Cáritas, no Ceará e a eloqüente concretude e eficiência dos fundos rotativos solidários do Pólo Sindical da Borborema, na Paraíba, a experiência do turismo comunitário da Prainha do Canto Verde, no Ceará, dentre outras. O que estes movimentos sociais querem dizer? Suspeitamos que as suas ações e vozes simbolizam a convicção de que os trabalhadores rurais associados daqueles territórios querem simples e prosaicamente armazenar água nas cisternas de placas, criar animais domésticos, cultivar o inhame, praticar a apicultura, construir casas e igrejas através de mutirões, preservar os seus territórios da especulação imobiliária e discutir os problemas locais, enfim, viver em harmonia com o meio ambiente. Tais manifestações destes *modus vivendi* multiplicam-se no país inteiro. Estão em todas as regiões e se identificam com os fundos solidários de Caiçara, na Paraíba; com a convivência com o semi-árido na Lagoa dos Cavalos, no Ceará; com os Criatórios Comunitários do Pajeú, em Pernambuco; na Associação dos Trabalhadores do Sisal, na

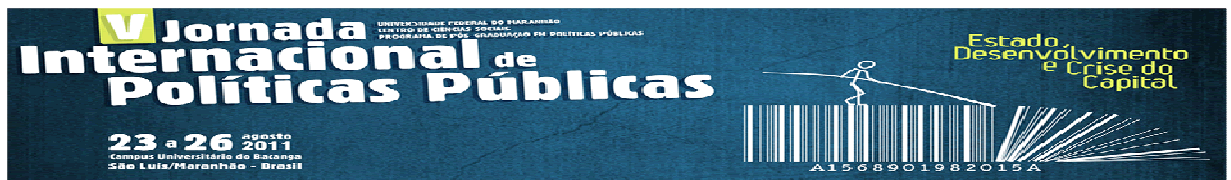


Bahia; nos Fundos Rotativos do Sul e Feira Solidária de Santa Maria, no Rio Grande do Sul e dezenas de experiências, país a fora, com os Bancos Comunitários, dentre outras.

Em suma, o resultado da ainda desconhecida política de fomento aos FRS não é desprezível. Recentemente, algumas dessas comunidades na Paraíba lograram o prêmio Metas do Milênio da ONU. Tal resultado traduz a eficiência dos fundos solidários como estratégia de inclusão social e faz ecoar o lema: “Pelo direito de Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável”.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010
- BERTUCCI, Ademar & SILVA, Roberto M. **Vinte anos de economia popular solidária:** trajetória da Cáritas Brasileira – dos PAC à EPS. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003
- DURKHEIM, Émile, 1858-1917. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999
- FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL. **Fundos solidários:** por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Caderno 1. Brasília, 2009
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2002
- OIT. Informe sobre o emprego no mundo. Brasília, DF, 2006
- POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campos, 2000
- SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho decente:** oportunidades, obstáculos, políticas públicas: Texto para discussão para o Escritório no Brasil da OIT. 2004. Mimeografado
- SANTIAGO, Eduardo G. **Empreender para sobreviver:** ação econômica dos empreendedores de pequeno porte. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter.** Rio de Janeiro: Record, 2005



SILVA. H. E. DA. Microcrédito: alguns conceitos básicos. **Geranegócio**. Disponível em: www.geranegocio.com.br/html/geral/microcredito/mcred.html. Acesso em: 10 set.2004